

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.554 - SP (2019/0260909-7)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : ELIZE ARAUJO KITANO MATSUNAGA
ADVOGADOS : JULIANA CRISTINA FINCATTI MOREIRA SANTORO E
OUTRO(S) - SP195776
LUCIANO DE FREITAS SANTORO - SP195802
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ELIZE ARAUJO KITANO MATSUNAGA, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que negou provimento ao agravo de execução penal de seu interesse.

Daí o presente recurso especial em que a ré aponta violação dos arts. 1º, 5º, 6º, 8º 33 e 126 da Lei de Execução Penal, além de divergência jurisprudencial.

Requer, ao fim, o provimento do recurso especial para que seja cassado o acórdão recorrido.

Apresentadas contrarrazões, após o juízo prévio de admissibilidade, os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal, na condição de *custos legis*, ofertou parecer pelo provimento do inconformismo (e-STJ fls. 503-511).

É o relatório.

Decido.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame recursal.

Acerca do tema em discussão, assim asseverou o Tribunal de origem (e-STJ fl. 373 – grifos acrescidos):

[...] Colhe-se dos autos que a sentenciada entre os dias 26/07/2012 a 30/06/2013 trabalhou por tempo inferior ao limite mínimo estipulado pela lei de 06 horas de trabalho para fins de remição.

O magistrado agiu corretamente, visto que, não há como permitir que o sentenciado seja beneficiado desrespeitando-se o referido limite imposto por lei.

Como bem destacou a D. Procuradoria Geral de Justiça: "A Lei de Execuções Penais não admite jornada de trabalho inferior a 6 (seis) horas, exceto em hipóteses excepcionais, as quais não atingem a sentenciada. Suas funções realizadas no período no qual se pretende a remição não foram essenciais à manutenção ou conservação do estabelecimento prisional. De mais a mais, a Jurisprudência dos Tribunais Superiores só admite a fixação de jornada de trabalho inferior a 6 horas diárias se houve determinação da administração penitenciária, o que não foi a hipótese dos autos, bem como entende que a remição da pena só se dá pelos dias trabalhados, e não pelas horas laboradas, como

pretende a sentenciada. (fls. 364/365).

Depreende-se do excerto transcrito que o aresto impugnado está em consonância com a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça de exigir, para a remição da pena pelo trabalho, nos termos dos arts. 33 c/c 126, § 1º, da LEP, jornada não inferior a seis nem superior a oito horas diárias, de maneira que o cálculo se dá pelo número de dias efetivamente trabalhados.

A propósito (grifos acrescidos):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA POR TRABALHO EXTERNO. JORNADA INFERIOR A 6 HORAS AOS SÁBADOS. SOMA DAS HORAS PARA FINS DE REMIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal - STF, esta Corte não admite habeas corpus substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem, de ofício, se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente.

2. Para fins de remição da pena por trabalho externo, a jurisprudência desta Corte não admite a soma de horas trabalhadas em dias com jornada inferior a 6 horas, nos termos dos arts. 33 e 126, § 1º, da Lei de Execução Penal - LEP. Nesse sentido: REsp 1721257/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 5/6/2018, DJe 15/6/2018. No caso, as horas trabalhadas aos sábados, com jornada diária de 4 horas, não podem ser somadas e incluídas no cálculo da remição da pena.

3. Habeas corpus não conhecido.

(HC 468.733/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 21/02/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. ART. 126, § 1º, INCISO I, DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS. REMIÇÃO DA PENA PELA FREQUÊNCIA A CURSO DE ENSINO FORMAL QUE DEVE OCORRER À RAZÃO DE 1 (UM) DIA DE PENA PARA CADA 12 (DOZE) HORAS DE ESTUDO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A contagem de tempo para remição da pena, pela frequência a curso de ensino formal, deve ocorrer à razão de 1 (um) dia de pena para cada 12 (doze) horas de estudo (art. 126, § 1º, inciso I, da Lei de Execuções Penais, com redação conferida pela Lei n. 12.433/2011).

2. Em hipótese similar à que ora se cuida (remição pelo trabalho), ressaltou-se que 'A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça exige, para a remição da pena pelo trabalho, nos termos do art. 33 c/c 126, § 1º, da LEP, jornada não inferior a seis nem superior a oito horas diárias, de forma que o cálculo

Superior Tribunal de Justiça

se dá pela quantidade de dias efetivamente trabalhados e não pelas horas'' (HC n. 462.464/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 20/9/2018, DJe 28/9/2018).

3. Assim, não há que se falar em cálculo da remição considerando-se as horas estudadas, mas, sim, a quantidade de dias efetivamente estudados.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 425.660/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 27/06/2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **nega-se provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator